EDIÇÃO ESPECIAL

Jornal da Câmara

BRASÍLIA-DF, NOVEMBRO DE 2011

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Política Nacional de Resíduos Sólidos

SONIA BAIOCCHI

ARQUIVO SEFOT

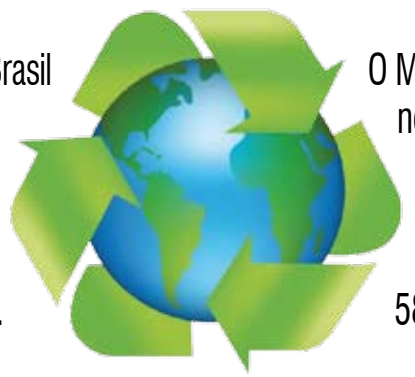


ARQUIVO SEFOT



Erradicar os lixões até 2014 é o primeiro desafio

Pela lei em vigor desde o ano passado, o Brasil tem até 2014 para garantir a destinação, aos aterros sanitários, de todo o lixo que não possa ser reaproveitado ou reciclado. A meta é desafiadora, mas não impossível, avaliam especialistas que participam a partir de hoje da Conferência das Cidades.



O Ministério do Meio Ambiente estima que serão necessários cerca de R$ 9,6 bilhões para a execução da meta relativa aos aterros sanitários. Hoje, 25% dos municípios brasileiros dispõem de forma adequada os seus resíduos, o que equivale a aproximadamente 58% do total produzido no País.

RODOLFO STUCKERT



RODOLFO STUCKERT



Regras sobre gerenciamento do lixo foram discutidas por quase 20 anos na Câmara

Rodrigo Bittar

A Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem como principal propósito impor obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos. Ela também dá prazo até o fim do ano que vem para que estados e municípios realizem seus planos de saneamento e resíduos, e até agosto de 2014 para que todos os lixões existentes no Brasil sejam transformados em aterros sanitários.

Essas regras, consideradas uma mudança radical na legislação ambiental brasileira, foram fruto de quase 20 anos de discussão na Câmara. O assunto teve origem em outubro de 1989, quando o então senador Francisco Rollemberg apresentou, sob o número 354, proposta que tratava do acondicionamento, da coleta, do tratamento, do transporte e da destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

BRIZZA CAVALCANTE



Vários projetos tratam da coleta seletiva dos resíduos e de reciclagem

Ao chegar à Câmara, o texto passou a tramitar na forma do PL 203/91, que determinava o conceito e a classificação de resíduos de serviços de saúde; e os estabelecimentos sujeitos à aplicação da lei.

No decorrer de sua tramitação na Câmara, mais de 100 projetos de lei foram apensados ao PL 203/91. Essas proposições dispunham sobre questões variadas relativas a resíduos sólidos, desde as mais abrangentes, com propostas de uma política nacional sobre o tema, até as específicas, como pilhas e baterias, pneus usados, embalagens, reciclagem, importação de resíduos e outros tópicos.

Diante da complexidade do tema e da dificuldade de obtenção de consenso entre os diversos setores envolvidos, em 4 de julho de 2008, a Mesa Diretora da Câmara decidiu constituir um grupo de trabalho para examinar o parecer da comissão especial ao PL 203/91 e apensados, com o objetivo de viabilizar a votação em Plenário.

O trabalho foi concluído em 15 de outubro de 2009, com a aprovação de subemenda substitutiva global de Plenário ao PL 203/91 e seus apensados, oferecida pelo coordenador do grupo, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

A matéria foi aprovada no Câmara em 10 de março de 2010, com pequenas modificações em relação ao texto aprovado no grupo de trabalho. A principal delas diz respeito à retirada de dispositivos que tratavam da concessão de incentivos econômicos a atividades relacionadas à reciclagem e ao tratamento de resíduos sólidos. O texto foi sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sem vetos, em 2 de agosto de 2010.

Linha do tempo

1991

A Câmara cria e implementa Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos para analisar as matérias contempladas nos projetos de lei apensados ao PL 203/91 e formular uma proposta substitutiva global. Com o encerramento da legislatura, a comissão foi extinta.

Projeto de Lei 203, que dispõe sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos de serviços de saúde, começa a tramitar.

2001

Realizado em Brasília o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com 1,6 mil congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados. Eles promoveram a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, com cerca de 3 mil participantes.

Em janeiro é realizado, em Caxias do Sul (RS), o I Congresso Latino-Americano de Catadores, que propõe formação profissional, erradicação dos lixões e responsabilização dos geradores de resíduos.

2003

Presidente Lula institui Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental para integrar as ações da área. O trabalho do grupo resulta na criação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos.

Realizada a I Conferência de Meio Ambiente.

2005

Criado grupo interno na Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente para consolidar contribuições do Seminário do Conama, os anteprojetos de lei existentes no Congresso Nacional e as contribuições dos diversos atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos.

Realizada a II Conferência Nacional de Meio Ambiente, para consolidar participação da sociedade na formulação de políticas ambientais. Um dos temas prioritários são os resíduos sólidos.

Instituída nova comissão especial na Câmara.

2006

Aprovado relatório do ex-deputado Ivo José que trata do PL 203/91, acrescido da liberação da importação de pneus usados no Brasil.

2007

Executivo propõe, em setembro, o PL 1991, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O texto apresenta forte relação com outros instrumentos legais na esfera federal, como a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/07) e a Lei dos Consórcios Públicos (Lei 11.107/95), e seu decreto regulamentador (Decreto 6.017/07).

Constituído grupo de trabalho para analisar subemenda substitutiva proposta pelo relator, deputado Arnaldo Jardim

2008

No dia 11 de março, o Plenário da Câmara dos Deputados aprova em votação simbólica um substitutivo ao Projeto de Lei 203/91, do Senado, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e impõe obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos. Depois o projeto volta ao Senado, onde é analisado em quatro comissões. No dia 7 de julho, é aprovado em plenário. Em 2 de agosto, o texto é sancionado. No dia 3, é publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

2010

Realizadas audiências públicas, com contribuição da CNI, da representação de setores interessados, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e dos demais membros do grupo de trabalho.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)
2º Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)
1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)
2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
3º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), **Manato (PDT-ES)**, **Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)** e **Sérgio Moraes (PTB-RS)**
Ouvidor Parlamentar
Miguel Corrêa (PT-MG)
Procurador Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Diretor-Geral
Rogério Ventura
Secretário-Geral da Mesa
Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro** (61) 3216-1500 secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora
Simone Ravazzolli
Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado

Diagramador
Henrique Eduardo Araújo

Ilustrador
Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Com debate sobre resíduos sólidos, Conferência das Cidades busca recuperar prestígio

Rodrigo Bittar

A XII Conferência das Cidades, que será realizada hoje e amanhã na Câmara, vai tratar da Política dos Resíduos Sólidos e tem o desafio de resgatar a importância do fórum nas discussões referentes ao desenvolvimento urbano no País, esvaziada desde a criação do Ministério das Cidades, em 2003, que centralizou os principais debates do setor.

Desde 2000, o evento é realizado anualmente pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, quando o tema principal foi o Estatuto das Cidades. Como a votação do estatuto na comissão estava marcada para os dias seguintes, a primeira edição da conferência mobilizou os diversos setores envolvidos e foi determinante para a aprovação do texto. Desde então, a quantidade de participantes e o peso político da conferência vêm sendo reduzidos, segundo especialistas que acompanharam seus debates ao longo dos anos.

Neste ano, para retomar o peso do evento, o presidente da comissão, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), resolveu realizar seminários regionais preparatórios em cinco estados para obter apoio.

"Estamos lutando para devolver à comissão as atribuições que ela tinha no passado, e fizemos seminários nas cinco regiões para mobilizar muitos prefeitos, vereadores, urbanistas, arquitetos, engenheiros e tentar difundir aquilo que a legislação aprovada no ano passado disciplina", declarou.

Ele se refere especialmente ao trecho da Lei 12.305/10, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dá prazo até o fim do ano que vem para que estados e municípios realizem seus planos de saneamento e resíduos, e até agosto de 2014 para a desativação de todos os lixões existentes no Brasil, que devem ser transformados em aterros sanitários. "São metas muito difíceis, mas não impossíveis se houver colaboração das três esferas e das instituições", afirmou Manoel Junior.

GUSTAVO LIMA



> As metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos são muito difíceis, mas não impossíveis se houver colaboração das três esferas e das instituições
>
> Manoel Junior

Investimento - O Ministério do Meio Ambiente estima que serão necessários aproximadamente R$ 9,6 bilhões para a execução da meta relativa aos aterros sanitários e estimula a formação de consórcios entre os municípios menores, porque os projetos ficam mais baratos e eficientes quando os empreendimentos atendem entre 100 mil e 150 mil pessoas.

Segundo o ministério, 25% dos municípios dispõem adequadamente seus resíduos, que equivalem a aproximadamente 58% do total produzido no País. Atualmente, o Ministério das Cidades apoia projetos que podem elevar essa taxa para 80% dos resíduos, sendo que os outros 20% são atribuídos aos municípios menores, com mais dificuldades de se associarem.

Ainda durante a conferência, cinco municípios brasileiros receberão o selo Cidade Cidadã: Sertânia (PE), Miguel Pereira (RJ), Sertãozinho (PB), Rio Grande e Novo Hamburgo (ambos no RS). O concurso premia as melhores iniciativas na gestão de resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem do lixo.

O Concurso Selo Cidade Cidadã tem o objetivo de conceder, anualmente, um prêmio pelas boas práticas relacionadas ao tema que no mesmo ano é debatido no âmbito da Conferência das Cidades.

EDSON SANTOS



Do total de lixo produzido no Brasil, 58% têm destinação correta, segundo o Ministério do Meio Ambiente



Programação

novembro de 2011

29 TERÇA-FEIRA

14h30	Credenciamento
15h	1º Painel – Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos: a Visão do Parlamento
16h	2º Painel – Legislação e Gestão Ambientalmente Correta dos Resíduos
17h	3º Painel – Globalização, Cidades e Gestão de Resíduos Sólidos
18h	Debates
19h	Cerimônia de abertura, com os presidentes da Câmara, Marco Maia, do Senado, José Sarney, e da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Manoel Júnior, ministros e presidentes de diversas instituições públicas e privadas

30 QUARTA-FEIRA

8h30	Credenciamento
9h às 10h30	Mesa-redonda 1 – Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas aplicações
11h às 12h30	Mesa-redonda 2 – Lei nº 12.305/10, desafios e perspectivas: logística reversa e responsabilidade compartilhada. Será exibido o filme Lixo Extraordinário
14h às 15h30	Mesa-redonda 3 – Resíduos sólidos: experiências exitosas
16h às 16h30	Painel – A Caixa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos
16h30 às 17h30	Mesa-redonda 4 – Resíduos sólidos: gestão tecnológica e econômica
18h	Cerimônia de entrega do prêmio "Selo Cidade Cidadã"
18h30	Encerramento

Desde 2007, 18 estados trabalham com a regionalização na gestão dos resíduos

GUSTAVO MORENO



BETO OLIVEIRA

> Há alguns anos não existiam programas destinados a financiar a infraestrutura urbana dos municípios. Isso era geralmente sustentado sob a forma de emendas ou de projetos pontuais
>
> Luciana Santos

Os consórcios municipais podem reduzir a R$ 25 ao ano o custo por pessoa para serviços de coleta e o processamento dos resíduos

Murilo Souza

A tarefa de gerenciar o grande volume de resíduos sólidos produzido diariamente pelas cidades brasileiras deve demandar mais planejamento por parte de prefeitos e de governadores a partir do próximo ano. Conforme a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), estados, municípios e Distrito Federal só terão acesso a recursos federais para empreendimentos e serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos se tiverem aprovados seus próprios planos regionais de gerenciamento até agosto de 2012.

Apesar de o prazo limite ser curto, o gerente de projetos do Ministério do Meio Ambiente, Ronaldo Hipólito Soares, diz-se otimista. Ele lembrou que pelo menos 18 estados já trabalham desde 2007 no mapeamento e no diagnóstico de áreas a partir de estudos de regionalização, que avaliam, entre outras questões, a viabilidade da gestão compartilhada, na forma de consórcios públicos, de todo resíduo sólido urbano gerado, seja domiciliar, hospitalar, industrial ou agrícola.

"No caso dos municípios, os planos de gestão integrada são ainda mais necessários, uma vez que a grande queixa dos prefeitos hoje é a falta de recursos para investir em infraestrutura local", afirmou Soares, que é responsável pela formulação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, atualmente em fase de consulta pública.

Boa gestão - Como ex-prefeita de Olinda, a deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) acredita que condicionar a destinação de recursos à existência de planos regionalizados é uma forma de valorizar a boa gestão e de garantir financiamento federal para projetos específicos do setor. "Há alguns anos não existiam programas destinados a financiar a infraestrutura urbana dos municípios. Isso era geralmente sustentado sob a forma de emendas ou de projetos pontuais", lembrou. Segundo a consultora da Câmara na área, Sueli Araújo, por terem características mais operacionais, os planos municipais serão os instrumentos mais significativos para aferir o sucesso ou o fracasso de toda a Política Nacional de Resíduos Sólidos. "É o plano municipal que vai definir as responsabilidades quanto à sua execução, qual o papel do poder público e qual o da iniciativa privada", explicou.

Serão priorizados os estados que instituírem microrregiões, e os municípios que se juntarem em consórcios públicos intermunicipais, como forma de integrar organização, planejamento e execução de ações a cargos de municípios limítrofes. "Para manter os serviços de coleta e o processamento dos resíduos em estrutura própria, um município com 10 mil pessoas gastaria R$ 340 por habitante ao ano", exemplificou Ronaldo Soares, com base em levantamento feito pelo Ministério do Meio Ambiente. "Por outro lado, se ao agrupar outros municípios você passar para uma esfera de 100 mil pessoas, esses mesmos custos cairiam para aproximadamente R$ 25 por habitante ao ano", comparou.

> O plano nacional trabalha com um horizonte de 20 anos e vai estabelecer metas para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos e para o aproveitamento dos gases gerados nas unidades de disposição final, além de definir prazos para a eliminação de lixões. O plano estadual, por sua vez, vai além na definição de zonas favoráveis para unidades de tratamento de resíduos e para a disposição final de rejeitos, além de mapear áreas degradadas a serem recuperadas.

Fontes de negócios, emprego e renda devem ser previstos

Os planos devem prever ainda mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda por meio da valorização dos resíduos sólidos. Para o coordenador da área técnica de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Edison Martins, "o lixo não deve ser um entrave e, sim, uma oportunidade". Segundo ele, em Tibagi, no Paraná, a prefeitura criou cooperativas de compostagem, para transformar o lixo orgânico em adubo. "Hoje a prefeitura compra esse composto e usa em praças e jardins, mas já há estudos para aumentar a produção e vender para outros municípios", destacou.

Martins, no entanto, afirmou que a simples injeção de recursos para a construção de infraestrutura não resolve o problema. Segundo ele, em Goiás, há cerca de 4 anos, 131 municípios receberam recursos para a construção de aterros sanitários. "Por falta de capacidade técnica para operá-los, em menos de um ano todos se transformaram novamente em lixões", disse, acrescentando que cerca de 50 prefeitos desses municípios respondem na justiça pela prática de crime ambiental. (**MS**)



Nível de renda dos países afeta políticas públicas, diz especialista

A realidade dos sistemas de processamento de resíduos sólidos em outras partes do mundo está diretamente ligada à renda de cada país. A avaliação é do coordenador do departamento de resíduos sólidos da Holanda, Herman Huisman. Segundo ele, nota-se que, quanto maior a renda, mais avançado é o sistema.

"Observa-se que nem todo resíduo sólido é coletado em países de baixa renda e, do que é coletado, mais de 50% têm os lixões como destino", afirmou Huisman, acrescentando que somente cerca de 5% a 15% do resíduo reciclável é separado, geralmente por setores informais.

Em países onde o Produto Interno Bruto (PIB) é médio, segundo ele, observa-se que 90% dos resíduos são coletados e levados para aterros sanitários, mas com os processos de separação e tratamento ainda precários. Os mais ricos, por sua vez, costumam ter índices de coleta seletiva, incineração e reciclagem geralmente maiores do que 20%.

Huisman informou que o bloco europeu é a região onde o tratamento de resíduos sólidos tem a melhor performance, com destaque para Alemanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca e Áustria. "Apesar disso, mesmo reunindo em sua maioria países com renda alta, a União Europeia (formada por 27 países) ainda despeja 40% dos resíduos dos municípios em aterros sanitários sem tratamento ou separação", disse.

Pioneirismo - Na Alemanha, considerada a pioneira na adoção de medidas destinadas a equacionar a questão dos resíduos sólidos, a conscientização começou a ganhar corpo em 1986, com a Lei de Minimização e Eliminação de Resíduos. Em 1994, outra lei ampliou a responsabilidade do fabricante a todo o ciclo de vida do produto, compreendendo, entre outros aspectos: desenvolvimento de produtos tecnicamente duráveis; prioridade para o uso de resíduos recuperáveis ou de matérias-primas secundárias na fabricação de produtos; e a rotulagem de produtos que contenham poluentes.

Para viabilizar a aplicação da lei, fabricantes e comerciantes criaram a "Duales System Deutschland GmbH – DSD", entidade sem fins lucrativos encarregada de organizar coleta, seleção e valorização de vasilhames e resíduos comerciais. A taxa de filiação confere a fabricantes e comerciantes o direito de serem identificados pelo ponto verde (Grüner Punkt). Além da taxa, os filiados pagam de acordo com o volume das respectivas embalagens.

Segundo Huisman, além dos recursos financeiros para a infraestrutura, outro elemento chave é a conscientização da sociedade. "Para que haja a mudança de comportamento, é preciso que o cidadão saiba como fazer e que tenha oportunidade de descartar o lixo", disse ele, defendendo a prática de medidas educativas, como incentivos e punições para o bom e o mau comportamento respectivamente. **(Murilo Souza)**

SAULO CRUZ



Os países mais ricos, segundo Huisman, costumam ter índices de coleta seletiva, incineração e reciclagem geralmente maiores do que 20%

Canadá estimula compostagem doméstica

Na América do Norte, o governo do Canadá, em 1989, conseguiu alcançar a meta de reduzir em 50% a quantidade de resíduos sólidos gerada até o ano 2000 com iniciativas do governo, das empresas e da comunidade. Entre as medidas estão a aprovação de legislação específica, a criação e o apoio a programas de infraestrutura e de educação, e incentivos econômicos.

O destaque, no caso canadense, foi o estímulo à compostagem doméstica de resíduos orgânicos. Em algumas províncias, a compostagem é obrigatória para cidades com mais de 50 mil habitantes e, em outras, foi banido o recebimento de resíduos orgânicos nos locais de disposição de resíduos. (**MS**)

166 mil toneladas de lixo são produzidas por dia no Brasil

Jaciene Alves

O Brasil produz em média 166 mil toneladas de lixo por dia. Só a cidade de São Paulo é responsável por 14 mil toneladas, o que representa cerca de 1,5 quilo por habitante. Bem abaixo de cidades como Nova Iorque (4,5 quilos) e Tóquio (3,5).

Segundo o professor de saneamento ambiental da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (Unesp), Wellington Leite, merecem atenção especial o lixo domiciliar e o da construção civil, produzidos em maior quantidade, além dos resíduos perigosos, como o hospitalar.

Ele explicou que, mesmo no lixo domiciliar, é comum encontrar materiais como pilhas e lâmpadas fluorescentes, considerados perigosos. "São lixos industriais misturados ao residencial. Isso é um problema grave, porque as pilhas contêm metais pesados, substâncias tóxicas e até cancerígenas. As lâmpadas contêm mercúrio. Se houver uma fonte de contaminação contínua, pode atingir o solo e até o lençol freático."

Classificação - A legislação classifica os resíduos sólidos em dois grupos. Quanto à origem são: domiciliar, de limpeza urbana, de estabelecimentos comerciais, dos serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviços de saúde, da construção civil, de atividades agropecuárias e silviculturais, de serviços de transportes, e de mineração.

Quanto à periculosidade são todos aqueles que apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, como produtos inflamáveis e tóxicos.

No caso da destinação dos resíduos, há o aterro sanitário, que deve ser impermeabilizado, ter um sistema de drenagem dos líquidos produzidos pelo lixo (chorume), um sistema de captação de gases e tratamento adequado do chorume.

O aterro controlado é um lixão disfarçado. Todo o líquido produzido a partir desse lixo não é tratado. Finalmente, há o lixão, que é um espaço não preparado para receber os resíduos sólidos.

Estratégias no mundo

Estados Unidos

Os Estados Unidos optaram pela descentralização da gestão de seus resíduos. Os estados passaram a estabelecer programas e planos que geralmente incluem: evitar a disposição de materiais recicláveis em aterros e cobrar taxas específicas da população para o serviço de gestão dos resíduos sólidos. No país, 55% dos resíduos sólidos urbanos vão para aterros, 30% são reciclados ou compostados, e 15% são incinerados.

Japão

No Japão, que produz por pessoa quase a metade de resíduos dos Estados Unidos, a principal dificuldade é a disposição final do material. A alternativa teve que ser a mais onerosa: em torno de 70% dos resíduos são incinerados, nos cerca de 1,8 mil incineradores existentes no país. Apenas cerca de 12% são depositados em aterros sanitários.

Dinamarca

O país foi o primeiro a banir todos os recipientes não recicláveis de bebidas.

Finlândia

95% dos recipientes de refrigerantes e bebidas alcoólicas são reutilizáveis.

Holanda e Irlanda

Para incentivar as pessoas a usar sacolas reaproveitáveis, esses países cobram pelas sacolas plásticas. A medida resultou em uma redução de 95% no uso desse tipo de embalagem.

FONTE: REVISTA DO PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

EcoCâmara beneficia diretamente cooperativa com 150 famílias

Jaciene Alves

Em 2003, a Câmara foi pioneira ao lançar o Comitê de Gestão Ambiental – EcoCâmara, que desenvolve várias ações para promover a gestão socioambiental na Casa. A ideia é incentivar e orientar ações sustentáveis que contribuam para a preservação do meio ambiente.

O trabalho é feito com a participação de voluntários. Entre eles, 20 coordenadores de áreas, que estão espalhados pelos diversos setores da Câmara. O comitê é subdividido em dez áreas temáticas, como Coleta Seletiva e Responsabilidade Social; Gestão de Resíduos Perigosos; Áreas Verdes e Proteção à Fauna; Educação Ambiental; Licitação Sustentável; e Legislação Ambiental.

Para fazer a coleta seletiva, foram instalados cestos de lixo específicos para plástico e papel nos prédios da Câmara. Um esforço para reduzir o desperdício e estimular o reaproveitamento dos materiais usados nas rotinas administrativas. Essa atividade ajuda a promover a inclusão social dos catadores de lixo do Distrito Federal.

Todo o material é doado para a Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção (Cortrap), e beneficia atualmente 150 famílias. Periodicamente é feita a pesagem do lixo recolhido. Na primeira avaliação feita este ano, entre os dias 27/06 e 01/07, a quantidade chegou a quase 26 mil quilos de resíduos. O que não é doado pode ser aproveitado, por exemplo, nos jardins da Câmara, como a borra do café, usada na produção de adubo.

Resíduos perigosos - Com relação a resíduos perigosos, em 2005 foi instituído o programa de monitoramento e separação do lixo no Departamento Médico da Câmara (Demed). Até então 100% desses resíduos eram incinerados. Hoje esse número caiu para 12%, o que gera menos gases poluentes.

Já são oito anos de atuação, mas até agora não há pesquisas que mostrem o quanto foi possível economizar com essas ações. A coordenadora-geral do comitê, Janice Silveira, informou que ainda este ano deve ficar pronto o Relatório Socioambiental, que indicará o consumo e as ações para reduzir o gasto de materiais, como papel e copos plásticos. "A partir daí ficará mais fácil medir a economia financeira feita com esse trabalho", disse.

EDSON SANTOS



Todo o material recolhido na Câmara é doado para a Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção

DIÓGENIS SANTOS



Uma das ações do EcoCâmara é a compostagem, com o recolhimento de folhas secas para transformação em

Selo Cidade Cidadã

Para homenagear os municípios que promovem o desenvolvimento urbano com sustentabilidade, a Câmara criou o Selo Cidade Cidadã, que inclui um troféu e um certificado. O prêmio, que está na sua sétima edição, é oferecido em duas categorias: uma, engloba as cidades com até 100 mil habitantes; a outra, os municípios acima desse número. Este ano, a entrega será feita amanhã, no encerramento da XII Conferência das Cidades.

Ideia inspirou outros órgãos públicos

A coordenadora-geral do Comitê Gestor, Janice Silveira, afirmou que a ideia do EcoCâmara já foi copiada por vários órgãos públicos, e que é hoje um espelho para a Administração Pública. Segundo ela, houve muitos avanços com relação à consciência ambiental, mas ainda há muito o que melhorar. "Os materiais nem sempre são descartados de forma correta. Há pessoas que saem do local de trabalho e não desligam as luzes, ou usam papel sem necessidade, por exemplo."

Para fortalecer a consciência ambiental na Câmara, tramita na Casa o Projeto de Resolução 1/07, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que torna obrigatória a adoção de medidas internas para reduzir as emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa e economizar energia.

A proposta determina que a Câmara deve providenciar, no prazo máximo de 5 anos após a publicação da resolução, a substituição de todos os veículos movidos somente a gasolina pelos que são bicombustíveis. Já nas licitações e contratos, os produtos e serviços ambiental e socialmente sustentáveis devem ser considerados como critério de seleção. E no processo seletivo para as novas edificações, terão prioridade os projetos que privilegiem a luminosidade natural.

O projeto ainda determina que a Câmara utilize equipamentos e produtos que propiciem economia de energia e água nas suas dependências, bem como implante programas voltados à reutilização e reciclagem de materiais.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Marco Maia (PT-RS), e está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por enquanto, a política socioambiental da Câmara é definida pela Portaria 336/10. (**JA**)

ARQUIVO SEFOT



Até 2014, o País tem de erradicar todos os lixões e destinar aos aterros sanitários somente materiais que não possam ser reaproveitados ou reciclados

País tem até 2014 para criar sistema de gestão do lixo

Maria Neves

Nós próximos dois anos, o Brasil tem o desafio de construir um sistema de coleta e destinação adequada de lixo. Pela legislação vigente, até 2014 o País precisa erradicar todos os lixões e destinar aos aterros sanitários somente materiais que não possam ser reaproveitados ou reciclados.

Atualmente, são produzidas mais de 60 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. A boa notícia é que, nas cidades, a coleta pode chegar a 98% do volume total, de acordo com diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos preliminar, em consulta pública no Ministério do Meio Ambiente até 24 de dezembro.

Desafios – No entanto, esse parece ser o único aspecto do problema minimamente equacionado. Ainda existem no País 4.216 lixões e aterros controlados. A única diferença entre ambos é que, no último, o lixo é coberto por uma camada de terra. No meio rural a situação, é ainda mais grave: apenas 33% do lixo é recolhido.

A coleta seletiva existe em apenas 18% dos municípios, mas, como a maioria se localiza no Sul e no Sudeste, mais populosos, cobre quase 58% do total de resíduos coletados. Nessas regiões também se encontra a maior a parte dos 1.723 aterros sanitários existentes.

Entraves - De acordo com o deputado Alberto Mourão (PSDB-SP), que foi prefeito de Praia Grande (SP) por três mandatos, a construção de um aterro sanitário custa entre R$ 4 milhões e R$ 5 milhões.Mas o principal problema, segundo ele, é a falta de "um marco regulatório" para o setor, com definições claras sobre o que as prefeituras podem ou não fazer, e imposição de prazos para os órgãos públicos envolvidos em cada etapa do processo.

LEONARDO PRADO



Alberto Mourão

Mourão relatou que, em 1996, propôs a construção de um aterro desse tipo em sua cidade, sem sucesso. "Em dois mandatos não consegui viabilizar a obra", contou. O principal entrave foram as licenças ambientais. O parlamentar disse que, apenas para conseguir dragar 2 metros de calha do porto da cidade, o processo durou 7 anos.

Criação de logística reversa é outro entrave

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina também a responsabilidade compartilhada entre poder público, empresas e consumidores pela destinação adequada dos rejeitos. Para isso, especialistas consideram fundamental a logística reversa – recolhimento do material descartado e seu retorno às fábricas para destinação adequada. Esse também é mais um entrave na elaboração da política. Pela lei, o sistema deve ser criado pelo setor produtivo, por meio de acordos setoriais com o poder público.

Segundo um dos representantes da indústria na discussão do modelo, o superintendente da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, falta condução adequada por parte dos órgãos governamentais.

Mas Belmonte não minimiza a responsabilidade das empresas. "´Será necessário todo mundo sentar e conversar, porque pela primeira vez o setor produtivo vai ter de assumir responsabilidades por minimizar os danos ao meio ambiente", reforçou.

Soluções - De acordo com o industrial, as soluções existem, o que falta é cada um assumir os custos do processo. O superintendente da Abividro defende a adoção de um sistema semelhante ao montado pelo setor de embalagens de agrotóxicos, com a criação de uma entidade para gerir o processo, conduzida pelo setor produtivo.

No caso das embalagens de agrotóxico, foi fundado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. O sistema funcionou tão bem que hoje o Brasil é líder mundial em recolhimento e destinação adequada desse tipo de produto. Segundo o estudo do Ipea, em 2010 foram recolhidos aproximadamente 95% do total descartado, mais de 168 mil toneladas. **(MN)**

Quase um terço dos resíduos urbanos são recicláveis

O objetivo do governo federal com a formação de consórcios para gestão de resíduos sólidos urbanos é elaborar 350 planos integrados e contar com cerca de 1 mil aterros em todo o País. Esse número é considerado suficiente, uma vez que deverão ser destinados a esses locais apenas produtos que não possam ser reaproveitados.

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos preliminar, 31,9% de todo o material descartado no País é reciclável. Outros 51,4% são matéria orgânica, considerada biomassa porque pode ser utilizada para geração de energia ou fabricação de adubo orgânico.

Investimentos - Caso se consiga realmente dar destinação adequada a todo esse material, como exige a lei, sobram 16% do total para os aterros sanitários. De acordo com o mesmo estudo, hoje apenas 0,8% do lixo orgânico vai para unidades de compostagem (geração de energia ou adubo) e só 1,4% de todos os rejeitos passa por unidade de triagem e reciclagem.

A boa notícia é que existem recursos orçamentários considerados suficientes para a solução do problema. Para o período de 2011 a 2014, o governo federal prevê investir mais de R$ 50 bilhões na gestão de resíduos urbanos. Segundo o chefe de gabinete do ministro das Cidades Leodegar Tiscoski, R$ 1,5 bilhão é destinado exclusivamente a erradicar os lixões. **(MN)**

Cidades devem ter planos até agosto de 2012

Pela Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, todas as prefeituras terão de contar com planos de gestão de resíduos até agosto do ano que vem. Cidades que não cumprirem o prazo ficarão proibidas de receber recursos do governo federal para essa finalidade.

Para o deputado Audifax (PSB-ES), que foi prefeito de Serra, as prefeituras só conseguirão cumprir a lei por meio da formação de consórcios. "Dessa forma, poderão comprar terreno, equipamentos e contratar empresas de forma conjunta", afirmou.

A regionalização dos planos de gestão, inclusive, é uma exigência da lei. O Executivo vai financiar apenas projetos conjuntos de municípios que atendam a uma população mínima de 100 mil habitantes. De acordo com o chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Yuri Della Giustina, esse é o número mínimo para garantir a sustentabilidade dos investimentos. Na concepção do Ministério das Cidades, o tratamento é viável apenas por meio da cobrança de tarifas ou taxas pelo serviço.

Do total de 5.565 municípios, 4.972 (89%) têm menos de 50 mil habitantes. O estudo do Ipea mostra que somente 10,9% do total cobram pela destinação do lixo, e existem apenas 20 consórcios públicos formados para gestão de resíduos. Tanto o deputado Alberto Mourão quanto o deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), que foi prefeito de Bom Jesus da Lapa (BA), concordam que os consórcios representam a melhor solução.

Comissão quer participar de comitê do Executivo que estuda regulamentação da lei

Janary Júnior

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) encaminhou ao Executivo um pedido para participar do comitê interministerial que discute a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os deputados querem contribuir para os debates que estão em pleno curso no governo, envolvendo 10 ministérios e a Casa Civil da Presidência.

A CDU seria representada pela subcomissão especial que analisa projetos de alteração da Lei de Resíduos Sólidos (12.305/10).

A subcomissão foi criada em maio a pedido dos deputados do Rio de Janeiro Adrian (PMDB) e Zoinho (PR), que exercem, respectivamente, a presidência e a relatoria. O colegiado deverá iniciar em dezembro a discussão do relatório sobre os projetos, e a participação no comitê serviria como um termômetro para ajustar o parecer aos debates sobre a implantação da PNRS, avançando na regulamentação da lei de resíduos.

A proposta da CDU não deixa de ser uma volta às origens, já que foi neste colegiado que a discussão sobre uma lei de resíduos sólidos tomou forma no País, em 1991. Para o presidente da subcomissão, a vaga no comitê interministerial, que é prevista no seu decreto de criação (7.404/10), é uma decorrência natural da atuação do Congresso, onde temas como saneamento, drenagem e resíduos sólidos fazem parte da agência legislativa.

Não por acaso, a PNRS será o tema da XII Conferência das Cidades. "O Congresso precisa estar presente, dando a sua contribuição. Só acompanhar não basta. Queremos participar ativamente", disse Adrian.

Prazos - Os deputados têm pressa na resposta do Executivo. Desde setembro, o Ministério do Meio Ambiente, que coordena o comitê interministerial, mantém na internet uma versão preliminar da política nacional para consulta pública. Até o final do ano, o ministério estará recebendo contribuições da sociedade.

Além disso, a Lei 12.305 estabeleceu prazos para a sua implementação, adicionando urgência ao debate. Até agosto de 2012, por exemplo, os municípios deverão ter prontos os planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Em 2014 termina o prazo para eliminação dos lixões nas cidades.

Enquanto as negociações para a participação da CDU no comitê tomam forma, a subcomissão trabalha para adiantar a discussão da regulamentação da Lei de Resíduos Sólidos. Nas próximas semanas, os integrantes do colegiado devem visitar lixões no País e discutir o assunto em audiências públicas – duas já foram realizadas.

Também devem aprovar um requerimento solicitando a anexação de todos os projetos em tramitação na Câmara que mudam a lei ou tratam de assuntos correlatos, como coleta e descarte de lixo. "Vamos dar um tratamento único a todos esses projetos e melhorar a lei de resíduos", disse o deputado Zoinho.

Dez projetos que buscam mudar a legislação tramitam na Câmara

Atualmente, dez projetos (*leia tabela*) em tramitação na Câmara tratam especificamente de mudanças na Lei 12.305. Todos eles surgiram do entendimento de que a regulamentação da norma, prevista no Decreto 7.404, ficou aquém do esperado. Sem a certeza de que o governo vai disciplinar o assunto, os deputados se apressaram para garantir a regulação por meio de projetos de lei. Um dos focos é a concessão de benefícios fiscais, financeiros e creditícios para a reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos. A concessão está prevista na lei, mas o assunto ficou de fora do decreto presidencial.

O setor industrial reivindica a definição dos benefícios, sob o argumento de que não tem como incorporar os custos ambientais sem apoio do poder público. Também querem mais clareza nas regras da logística reversa (restituição dos resíduos sólidos ao setor produtivo para reaproveitamento), uma das principais inovações da Lei 12.305.

A cobrança dos empresários tem levado o deputado Adrian a cumprir uma extensa agenda de encontros com o setor. Segundo ele, ainda não há uma fórmula para os incentivos, que depende de conversas também com o governo. Segundo o deputado, o Executivo não tem interesse em mexer na lei, uma vez que pode regulamentar por decreto, mas os parlamentares não podem se eximir dessa responsabilidade. "Se fosse para o Congresso ficar de braços cruzados, não haveria necessidade de estarmos aqui. A subcomissão atua fiscalizando e cobrando do governo", afirmou.

LEONARDO PRADO



Zoinho

LEONARDO PRADO



Adrian

PROJETOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS*

Projeto de Lei	Autor	O que diz
2732	Arnaldo Jardim (PPS-SP)	Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas
2696	Nilda Gondim (PMDB-PB)	Inclui os automóveis de uso individual e familiar na lista de produtos submetidos à logística reversa
2551	Jhonatan de Jesus (PRB-RR)	Reduz o Imposto de Renda das Pessoas Físicas que coletarem e devolverem os resíduos sujeitos à logística reversa
2433	Jhonatan de Jesus	Obriga os produtos sujeitos à logística reversa a conter, nos rótulos, informações sobre a importância da entrega dos resíduos em postos de coleta específicos, com os respectivos endereços
2380	Manoel Junior (PMDB-PB)	Permite que as provisões contábeis feitas por operadores de aterro sanitário possam ser dedutíveis do Imposto de Renda e da CSLL
2355	Comissão de Legislação Participativa	Concede benefícios fiscais para as empresas que exerçam preponderantemente a atividade de reciclagem de resíduos sólidos e serviços de aterro sanitário e industrial
2193	Edson Silva (PSB-CE)	Obriga os edifícios públicos e privados destinados ao uso coletivo de pelo menos 50 pessoas a elaborarem o plano de gerenciamento de resíduos sólidos
1928	Adrian (PMDB-RJ)	Condiciona a incineração ou o aproveitamento energético dos resíduos sólidos à comprovação de serem a melhor alternativa para a destinação final, levando em conta os aspectos ambiental, econômico e técnico, e assegurando o controle de emissão de gases tóxicos e poluentes
1862	Décio Lima (PT-SC)	Inclui os veículos automotores e seus componentes na lista de produtos submetidos à logística reversa
1442	Bruna Furlan (PSDB-SP)	Inclui as embalagens PET na lista de produtos submetidos à logística reversa

* Tramitam na Casa outras propostas que tratam de temas correlatos, como reciclagem, descarte e coleta de resíduos sólidos, mas que não propõem mudanças pontuais na Lei 12.305/10. Os principais são os PLs 2215, 2494, 2404, 2170, 2148, 2101, 2045, 1930, 1908, 1253, 640 e 176, todos de 2011.